



Estado do Rio de Janeiro
Município de Engenheiro Paulo de Frontin
Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin

Câmara Municipal de
Engº Paulo de Frontin

PROJETO DE EMENDA MODIFICATIVA Nº 08/ 2025

Protocolo nº 2275 de 15/12/25

Livro nº 04 Fls. 100/101

Ass. Agarito

EMENTA: Altera o inciso I do art. 5º do Projeto de Lei Ordinária nº 017/2025, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Engenheiro Paulo de Frontin para o exercício financeiro de 2026, para **majorar em 50% o limite de remanejamento orçamentário**.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN, por iniciativa parlamentar, no uso de suas atribuições legais e regimentais, submete à apreciação do Plenário a seguinte Emenda Modificativa:

Art. 1º O inciso I do art. 5º do Projeto de Lei Ordinária nº 017/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

"I – Cancelamento de dotações fixadas nesta Lei, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa, por meio de transposição, remanejamento ou transferência, integral ou parcial, de dotações, inclusive entre unidades orçamentárias distintas, observadas as disposições constitucionais aplicáveis e os termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964."

Art. 2º Ficam mantidos os demais dispositivos do Projeto de Lei Ordinária nº 017/2025 que não contrariem a presente Emenda Modificativa.


Art. 3º Esta Emenda Modificativa integra o Projeto de Lei Ordinária nº 017/2025 a partir da data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Modificativa tem por objetivo promover a **majoração em 50% do limite de remanejamento orçamentário** autorizado ao Poder Executivo no âmbito do Orçamento Municipal para o exercício financeiro de 2026. A ampliação do referido limite busca conferir maior flexibilidade à gestão orçamentária, permitindo ao Executivo Municipal adequar-se com maior eficiência às demandas administrativas supervenientes, às variações de arrecadação e às necessidades de manutenção e continuidade dos serviços públicos essenciais. Importante destacar que a majoração ora proposta não afasta o dever de observância aos princípios da legalidade, da transparência e do equilíbrio fiscal, permanecendo integralmente aplicáveis as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como as vinculações constitucionais obrigatórias, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Dessa forma, a emenda se revela medida de interesse público, ao fortalecer a capacidade de resposta da Administração Municipal, sem prejuízo do controle legislativo e da responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Engenheiro Paulo de Frontin/RJ, 15 de dezembro de 2025.


Sandro Ferreira Pinto

Vereador Autor